

Nesta Edição:

- Comissão Mista da MPV dos Portos conclui debate com Trabalhadores Portuários

Comissão Mista da MPV dos Portos conclui debate com Trabalhadores Portuários

A Comissão Mista da MPV 595/2012 (novo marco regulatório de portos e operações portuárias) realizou, hoje, sua segunda audiência pública, o que completa a fase de debate com as entidades representativas dos trabalhadores portuários. Nesta oportunidade foram ouvidos os seguintes convidados:

- Federação Interestadual dos Trabalhadores em Agenciamento Marítimo, Aquaviário e Operadores Portuários (FETAPORT);
- Intersindical da Orla Portuária do Estado do Espírito Santo; e
- Sindicato dos Portuários do Rio de Janeiro (STSPERJ).

Francisco José Nogueira, da FETAPORT, e **José Adilson Pereira**, da Intersindical/ES, reconheceram o mérito do aperfeiçoamento no marco regulatório que a Medida Provisória promove, em particular para viabilizar os investimentos que os portos brasileiros tanto precisam para responder à crescente demanda por serviços portuários. Porém, apresentaram também alguns pontos em que acreditam o texto precisa ser aperfeiçoado "*sob pena de se desorganizar o que o país já tem de organizado*". Um dos pontos que ambos levantaram foi o papel do Conselho da Autoridade Portuária (CAP), que segundo eles deve ser mantido como órgão deliberativo. Tal característica seria necessária para que a operação do Porto Organizado atendessem às especificidades regionais de sua localização.

A indústria entende que a MPV 595 acerta ao alterar o papel do Conselho de Autoridade Portuária (CAP) de deliberativo para consultivo, regulamentado por Decreto. Essa característica consultiva é fundamental para que se concretize a licitação das administrações portuárias públicas à iniciativa privada prevista na medida. Quando uma empresa assina um contrato de concessão ela se compromete com as despesas de investimento acordadas. Não haverá segurança jurídica ou um ambiente favorável ao investimento se outra parte puder interferir na gestão portuária sem compartilhar dos riscos associados. Não obstante, a existência do CAP consultivo é indispensável a uma gestão eficiente e orientada ao interesse público.

Francisco Nogueira defendeu o estabelecimento de regras de transição que permitam compatibilizar o sistema previsto para os portos organizados com o previsto para os terminais privados (TUP) e, assim, a concorrência entre eles. Quanto à forma de contratação dos trabalhadores, ele acredita que deva ser assegurado o trabalho dos portuários avulsos e dos celetistas tanto nos portos organizados quanto nos privados, mas, advogou pelo retorno do artigo 45 da Lei dos Portos de 1983 que proibia a contratação temporária que, a seu ver, fragiliza todo o sistema organizado.

José Adilson Pereira foi da mesma opinião, por estar convencido de que, havendo Órgãos Gestores de Mão de Obra (OGMO) dimensionados de acordo com a

panel

■ Comissão Mista aprova requerimento para realização de Audiência Pública sobre a MPV 601/2012.

Foi aprovado, nesta quarta-feira, na Comissão Mista, requerimento, apresentado pelo relator, Senador Armando Monteiro (PTB/PE), para realização de audiências públicas para discutir a MPV 601/2012 que trata da prorrogação do REINTEGRA, da desoneração da folha de pagamentos da construção civil e do varejo e da isenção de IR em fundos de investimentos em direitos creditórios, sob a perspectiva do Plano Brasil Maior.

As audiências ocorrerão nos dias 20 e 26 de março. A CNI está entre os convidados do primeiro dia de debates, juntamente com os representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, do Ministério da Fazenda e da FIESP. Foram convidados para a segunda audiência o economista Edmar Bacha e os representantes do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM), da Associação Brasileira de Celulose e Papel (BRACELPA) e do Instituto Ação Brasil (IABr).

demanda para movimentação de carga de todo o complexo portuário (Porto Organizado e TUPs), será natural que ambos busquem no OGMO os profissionais especializados de que necessitem. Segundo ele, no Espírito Santo já acontece assim, onde o OGMO não é do Porto Organizado mas do complexo portuário do Estado. Porém, um ponto onde ele mostrou grande divergência foi quanto à possibilidade dos TUP movimentarem, indistintamente, cargas própria e de terceiros, pois, segundo ele, isso desequilibrará as relações econômicas que devem estar baseadas na busca pela equalização no uso da mão de obra e, também, na distribuição de carga.

A CNI acredita que o fim da distinção entre carga própria e de terceiros para os TUP situados fora da área do porto organizado permite que se estabeleça uma saudável competição entre terminais privados e o serviço público concedido ou arrendado (que favorece a queda do preço pela utilização da instalação portuária e induz a modernização dos portos públicos).

Sergio Giannetto, do STSPERJ, chamou a atenção ao fato de que a discussão não é só a respeito dos trabalhadores portuários com vínculo e capatazias (avulsos), mas também dos empregados das Companhias Docas. Como os demais, defendeu a manutenção da guarda portuária, ausente da MP, por não se tratar apenas de uma função de vigilância mas de protetores do patrimônio público e da região de fronteira. Segundo ele, é uma questão de segurança nacional, ligada à ideia de porto estratégico, então é tarefa de Estado. O outro ponto defendido nas três apresentações foi o acesso ao quadro do OGMO conduzido de forma pública e democrática, e com controle de assiduidade.

Na reunião, foram também aprovados os requerimentos apresentados pelos membros da comissão para a inclusão de novos convidados nas próximas duas etapas de audiências públicas. Serão ouvidos como representantes do setor empresarial e usuários, além dos já previstos para os dias 12 e 13 de março: Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP); Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB); e Associação Brasileira de Portos Secos (ABEPRA). Já aos Órgãos de Governo, que serão ouvidos no dia 20 de março, somam-se agora: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); e a Receita Federal do Brasil.

A senadora **Kátia Abreu (PSD/TO)** justificou seu convite à Receita Federal pelo fato de que há notícias de OGMOs de diferentes portos brasileiros que acumulam dívidas previdenciárias de vários milhões de Reais, e gostaria de esclarecer qual a exata dimensão dessas dívidas e como isso poderia comprometer a futura aposentadoria dos trabalhadores portuários registrados em OGMOs pelo país afora.

A terceira audiência pública está marcada para o dia 12/03, às 14:30hs. A programação preliminar dessa audiência que abrirá os debates com os representantes das empresas portuárias e dos usuários, e com especialistas do setor, deverá ser alterada para acomodar os convidados adicionais mencionados acima.

painel

■ Projeto que propõe alterar as regras de composição do OGMO é rejeitado na CI

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado Federal aprovou, hoje, o parecer do relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), pela rejeição do PLS 214/2008. O projeto, de autoria do senador Paulo Paim (PT/RS), dispõe sobre a participação dos sindicatos de trabalhadores na Comissão Paritária no âmbito do órgão de gestão de mão de obra do trabalho portuário (OGMO).

O relator entendeu que a definição da paridade já está configurada, e quaisquer distorções nessa prática devem ser resolvidas entre as partes por via de arbitragem ou judicial. A intervenção por via legislativa irá agravar os conflitos e eliminar o processo natural de negociação, causando insegurança jurídica e entraves ao bom andamento do trabalho portuário. Aprovado o relatório, foi solicitada a prejudicialidade do projeto em razão da recente edição da MPV 595/2012, que estabeleceu o novo marco regulatório dos portos e operações portuárias e contempla o tema.

A CNI tem posicionamento convergente ao do relator, inclusive no que diz respeito à prejudicialidade. O projeto segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

**PRESIDENTES E VICE-PRESIDENTES DAS COMISSÕES NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS 2013**

COMISSÃO	SIGLA	PRESIDÊNCIA	VICE-PRESIDÊNCIA
Comissão da Amazônia, Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional	CAPADR	Jerônimo Goergen (PP/RS)	Carlos Magno (PP/RO)
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural	CAINDR	Giacobo (PR/PA)	Moreira Mendes (PSD/RO)
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	CCTCI	Paulo Abi-Akel (PSDB/MG)	Nelson Marchezan Junior (PSDB/RS)
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania	CCJC	Décio Lima (PT/SC)	Mauro Benevides (PMDB/CE)
Comissão de Cultura	CCULT	Jandira Feghali (PCdoB-RJ)	Nilmário Miranda (PT-MG)
Comissão de Defesa do Consumidor	CDC	José Carlos Araújo (PSD/BA)	Felipe Boerner (PSD/RJ)
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	CDEIC	Angelo Agnolin (PDT/TO)	Marcelo Matos (PDT/RJ)
Comissão de Desenvolvimento Urbano	CDU	Sérgio Moraes (PTB/RS)	Walney Rocha (PTB/RJ)
Comissão de Direitos Humanos e Minorias	CDHM	A definir	A definir
Comissão de Educação	CE	Gabriel Chalita (PMDB/SP)	Artur Bruno (PT/CE)
Comissão de Finanças e Tributação	CFT	João Magalhães (PMDB/MG)	Assis Carvalho (PT/PI)
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle	CCFC	Edinho Bez (PMDB/SC)	Alexandre Santos (PMDB/RJ)
Comissão de Legislação Participativa	CLP	Lincoln Portela (PR/MG)	A definir

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	CMADS	Penna (PV/SP)	Sarney Filho (PV/MA)
Comissão de Minas e Energia	CME	Eduardo da Fonte (PP/PE)	Luiz Argolo (PP/PA)
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	CREDN	Nelson Pelegrino (PT/BA)	A definir
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado	CSPCCO	Otávio Leite (PSDB/RJ)	João Campos (PSDB/GO)
Comissão de Seguridade Social e Família	CSSF	Dr. Rosinha (PT/PR)	Geraldo Resende (PMDB/MS)
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público	CTASP	Roberto Santiago (PSD/SP)	Laércio Oliveira (PR/SE)
Comissão de Turismo e Desporto	CTD	Romário (PSB/RJ)	Valadares Filho (PSB/SE)
Comissão de Viação e Transportes	CVT	Rodrigo Maia (DEM/RJ)	Fabio Souto (DEM/BA)

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL
 | Gerente Executivo: Vladson Bahia Menezes | Coordenação Técnica: Pedro Aloysio Kloeckner | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9332 Fax: (61) 3317.9330 paloycio@cni.org.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 Fax: (61) 3317.9994 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9001 Fax: (61) 3317.9994 www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.